

JORNAL DO BRASIL

Segunda-feira, 16 de julho de 2018 Fundado em 1891

País

21/12/2017 às 13h29 - Atualizada em 21/12/2017 às 13h31

Fake news e controle na internet são desafios para as eleições de 2018

Jornal do Brasil

A partir de provedores localizados em diferentes países, notícias falsas, as chamadas fake news, tem impactado os últimos debates públicos mais relevantes, como as eleições nos Estados Unidos, os plebiscitos sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, além do acordo de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

A menos de um ano das eleições gerais, agora é o Brasil que se vê diante do problema. Com um debate polarizado, o país corre contra o tempo. Diferentes instituições públicas convocam debates sobre medidas que podem ser adotadas para garantir um processo eleitoral democrático e transparente. Algumas propostas preocupam movimentos sociais, que temem que o alarde em torno das notícias falsas leve ao controle dos conteúdos pelas plataformas digitais e, com isso, à censura na internet.

Para detalhar os desafios do Brasil diante do tema, a Agência Brasil publica uma série de matérias sobre fake news e controle na internet.

Na Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e Notícias Falsas (Fake News), Desinformação e Propaganda, órgãos das Nações Unidas trataram da questão. Por um lado, apontam que as fake news corroem a credibilidade da imprensa e interferem no direito das pessoas à informação. Por outro, alertam que governos, sob o argumento de combatê-las, não devem promover censura. “A desinformação e a propaganda afetam intensamente a democracia”, resumiu o relator especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Edison Lanza, na divulgação do documento.

“No início da internet, previu-se que o acesso direto e descomplicado à informação levaria a uma Era onde o conhecimento seria equalizado através da rede e todos tomaríamos decisões melhores e [seríamos] mais bem-informados”, argumenta o coordenador do Comitê, Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), Maximiliano Martinhão. “Por outro lado, a falta de uma curadoria aumenta a demanda por um senso crítico daqueles que consomem informação e comunicação pela internet”, acrescenta. Martinhão foi um dos participantes do Seminário Internet e Democracia, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) neste mês, em Brasília.

Não é o que tem ocorrido. Diretora da Agência Lupa (especializada em checagem de informações), Cristina Tardáguila lista conteúdos falsos que ganharam projeção nas redes, como a suposta notícia de

que o papa Francisco havia apoiado o republicano Donald Trump na corrida eleitoral e a de que o ex-presidente Barack Obama não era norte-americano, o que o motivou a divulgar a própria certidão de nascimento.

Proteção e censura

Em uma campanha eleitoral de apenas 45 dias, uma exposição negativa decorrente de notícia falsa pode significar o fracasso de um candidato, além de outros danos. “Não podemos nos negar a entender essa realidade”, ressaltou o presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes. Ele ponderou que a tentativa de prejudicar adversários por meio de informações falaciosas sempre existiu, mas que o novo é a velocidade da disseminação desses conteúdos e sua abrangência, por meio da rede de computadores.

A pesquisa TIC Domicílios 2016, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, identificou que as atividades mais comuns executadas na rede são o envio de mensagens instantâneas (89%) e uso de redes sociais (78%). A maior parte desses fluxos se dá em plataformas de uma mesma empresa: o Facebook, que também controla o aplicativo para celulares Whatsapp. Além da concentração econômica, há o desafio de efetivar regras, pois as corporações que atuam na rede são, em geral, internacionais. “[No caso das fake news], muitos sites estão instalados em países longínquos e com a institucionalidade muito débil, o que dificulta a cooperação judicial”, resalta Gilmar Mendes.

Legislação

Atualmente, o Marco Civil da Internet permite empresas como o Facebook a adotar políticas para manutenção ou remoção de determinado conteúdo, caso a informação ofenda os termos de uso. Além disso, estabelece que a plataforma remova os dados em caso de decisão judicial neste sentido.

Para o presidente do Conselho de Comunicação Social (CCS), Murillo de Aragão, a solução para combater as fake news, garantindo também a liberdade, passa por medidas diversas, a começar pela educação da população. “Temos que ter uma legislação mais robustecida e que possa dar às autoridades os instrumentos devidos de intervenção e punição, rapidamente, nos casos de fake news.”

Coordenador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), Fernando Neisser defendeu atenção à dinâmica da internet porque é o meio de comunicação que mais cresce em influência na sociedade, mas discordou da fixação de regras duras sobre notícias falsas. Ele argumenta que “o discurso político não passa por esse crivo de sim e não tão óbvio”, pois comporta opiniões que não são necessariamente verificáveis. Para ele, as instituições devem atuar para garantir que dados pessoais não sejam comercializados por empresas de big data (grande conjunto de dados armazenados) e ter atenção sobre as formas de impulsionamento e direcionamento de opiniões nas redes sociais.

Fernando Neisser entende que a legislação eleitoral brasileira já proíbe a compra ou venda de dados cadastrados eletronicamente. Isso porque a Lei 12.034/2009 veda a utilização, doação ou cessão de cadastro eletrônico de seus clientes, em favor de candidatos, partidos ou coligações. A norma proíbe ainda a venda de cadastro de endereços eletrônicos. A regra tem sido usada para impedir, por exemplo, que cadastros de e-mails de uma determinada loja possam ser vendidos. “Essa regra se aplica integralmente a qualquer tipo de dado que pode ser cadastrado eletronicamente”, afirma Neisser.

Papel das plataformas

Para a integrante do CGI.br e da Proteste - Associação de Consumidores, Flávia Lefèvre (áudio), o centro do debate é saber como as informações são disseminadas na rede. “Os algoritmos [códigos] definem se

you will receive determined information. Let's suppose that on the eve of the elections and Facebook, for a concern or another, starts to post in the news feed of people's publications like 'remember to vote tomorrow', but that he concentrates this notice for people on the right or on the left. In what way can this result alter the election results?", alerts.

During the discussions in the TSE, representatives of Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social defended that the task of pointing out what is or is not false news should not be left only to digital platforms and reminded the discussion in progress in the United States, where Facebook is accused of having favored Donald Trump through privileged information.

In front of the electoral calendar in Brazil for the 2018 elections, Intervozes suggested that the TSE dialogue with the company so that transparency measures are already adopted. For the entity, it is necessary to guarantee transparency. In Brazil, only Facebook has more than 100 million users.

In response to the accusations in the USA, Facebook disclosed, in October, communications about new transparency measures for advertisements that it carries. One of the changes is the policy of permission so that any citizen, when entering a page, can verify which advertisements were made by Facebook, what the reach and the value invested in these advertisements. The platform announced that it would test the new policy in Canada and did not disclose when and where the measures will be adopted in other countries.

In agreement with Facebook, new transparency measures are being adopted to combat the dissemination of fake news.

Google also recently launched mechanisms so that its own users confirm the data and obtain information, elaborated by the company and demonstrated through images, to verify if a determined content is real, false or partially correct. The tool is still not available in Brazil. Recently, the company established a partnership with the International Fact-Checking Network (IFCN) to remove from search results any and all news that publish false or falsified data. According to a communication issued in April, they will be prejudiced in searches for information of "low quality", a concept that includes what he called "conspiracy theories" and "fake news".

Flávia Lefebvre criticizes this measure, alerting for the subjective nature of what can be considered "conspiracy theories".

Verification of information

In response to Agência Brasil, the Google company pointed out that about 0.25% of the set of searches in the daily traffic that receives contains offensive or clearly misleading content. To help prevent this type of content from spreading, Google said that it has been working, since 2016, in various initiatives to improve the search service, an effort that includes the creation of a fact-checking seal; measures to prevent the monetization of fake news on the digital advertising platform AdSense and changes in the search algorithm to privilege "quality content".

New search guidelines "will help our algorithms to lower the quality of these contents and help us make other improvements over time", states the company in response. The company did not comment on the question about the subjectivity of the description that can be made based on the concept of "conspiracy theories". It mentioned, on this, that people were hired to evaluate the new

mecanismos e sinalizar “melhor o que pode ser uma informação enganosa ou forjada, resultados ofensivos inesperados e teorias da conspiração sem fundamento”.

Enquanto outros mecanismos não são definidos pelas instituições, cabe à população ficar alerta para não formar sua opinião sobre notícias falsas. Diretora da Agência Lupa, Cristina Tardáguila apontou ações que devem ser adotadas pelos internautas, como manter uma postura de desconfiança em relação ao que acessa; verificar a data da publicação do conteúdo; questionar o interesse do autor e ver se a URL - o endereço virtual - é estranha. Consultar bases de dados confiáveis, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também é uma dica para confirmar o que consta nas informações que circulam na rede.

Agência Brasil

Compartilhe:

Recomendar 4

Compartilhar

Compartilhar

Tweetar

G+